

## AÇÃO AMAERJ

### Amaerj lança 4ª edição do Prêmio Patrícia Acioli



Presidentes da Amaerj, TJ-RJ e IMB, corregedora e primeira-dama do Estado no lançamento do Prêmio, na Emerj

A Associação promoveu, em agosto, a cerimônia de lançamento do 4º Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos. Magistrados, autoridades e sociedade civil participaram da solenidade, realizada na Emerj. Sob o tema “Construindo Cidadania”, as inscrições devem ser feitas até 29 de outubro. No mesmo mês, a Prefeitura de Niterói, atendendo ao pedido da Amaerj, inaugurou um memorial em homenagem à magistrada. **Pág. 8**

## AÇÃO AMAERJ

### Pleito por Diretas no Judiciário avança no Congresso



Associações de magistrados debatem, na Câmara, a proposta por Eleições Diretas nos tribunais de Justiça do país

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou, em agosto, a proposta que democratiza as eleições dos tribunais. Na Câmara, a Amaerj e a AMB participaram de uma audiência pública para debater a PEC das Diretas Já no Judiciário. Ambas as propostas irão à votação nos Plenários das Casas. **Pág. 11**



## AÇÃO AMAERJ

### Associação lança Concurso de Monografias para Magistrados

Em homenagem ao desembargador Aloysio Maria Teixeira, ex-presidente do Tribunal, a Amaerj promove o “Concurso Cultural de Monografias Jurídicas para Magistrados do Estado do Rio de Janeiro”. Os três primeiros colocados serão contemplados com troféus e prêmios de até 15 mil reais. Os vencedores serão conhecidos e premiados no dia 16 de novembro, no Theatro Municipal. **Pág. 7**

## EVENTOS

### Magistrados lançam livros na Amaerj e no Tribunal

O mês de agosto foi marcado pelos lançamentos dos livros dos desembargadores Paulo Rangel e Alexandre Câmara e da juíza Lia Pantoja. Lançadas no TJ-RJ e na Associação, as obras abordam a redução da menor idade penal, o novo Processo Civil e uma nova interpretação de Prometheus. **Pág. 15**

## TJ-RJ

### Tribunal apresenta plataforma online de mediação

O TJ-RJ apresentou o projeto piloto de implantação das plataformas online para a realização de sessões de conciliação de resolução de conflitos de massa. O objetivo é fazer com que o cidadão reassuma o controle e a responsabilidade pela condução e resolução dos seus próprios conflitos. **Pág. 5**

## Ex-aluno de escola municipal escolhe estudar Direito após visita ao Juristur

Juiz durante júri simulado, universitário quer se tornar um magistrado



Estudantes puderam conhecer as dependências do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

O Juristur realizado em 26 de agosto foi diferente. Além dos alunos e professores da Escola Municipal República do Peru, no Méier, também acompanhava a visita o jovem Douglas da Silva Souza, de 19 anos. Ele participava pela segunda vez da visita ao Judiciário, só que não mais como aluno do Ensino Fundamental, mas como estudante do curso de Direito. Há quatro anos Douglas cursava o 9º ano e esteve no Juristur com a turma da escola do bairro do Méier. Na época ele já tinha recebido ofertas de bolsas de estudo e tinha urgência em decidir qual curso iria fazer. A visita ao Juristur naquela época foi o carimbo que faltava para a sua decisão.

“Minha família tinha pessoas ligadas ao Direito e eu já gostava da ideia de seguir a carreira, mas foi ao fazer pela primeira vez o Juristur que percebi que eu



Magistrados Joel Pereira e Siro Darlan com o universitário Douglas da Silva Souza

pertencia a esse lugar”, lembra Douglas, atualmente cursando o segundo período da Universidade Estácio de Sá.

Quando esteve no Juristur, pela primeira vez, Douglas foi o juiz do júri simulado e como resultado da sua atuação ouviu do juiz Joel Pereira, coordena-

dor do Juristur, uma frase que o marcou: “Você vai seguir o Direito!”, disse o magistrado, parecendo prever o que viria a acontecer quatro anos mais tarde. Além de cursar Direito, Douglas quer transformar em realidade a experiência à frente daquele júri simulado estudando para um dia se tornar juiz de Direito.

A visita foi aberta com as boas vindas e orientações da secretária do Juristur, Priscilla Mantuano. O desembargador Siro Darlan falou aos alunos sobre sua experiência como magistrado e em seguida o juiz Joel Pereira relembrou um pouco de sua história como estudante de escola pública. Além da visita e das explicações dos magistrados, os alunos também tiveram a experiência que inspirou Douglas há 4 anos e participaram do júri simulado.

### O programa

O “Juristur - Conhecendo o Judiciário” tem como objetivo de forma lúdica e divertida contribuir para a formação profissional dos estudantes de Direito, assim como criar canais de comunicação com as escolas e a sociedade em geral, aproximando-os do Poder Judiciário. A iniciativa é pioneira no Brasil e atende a Meta 4 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda a implantação de “pelo menos um programa (por Estado) de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos”.

O Juristur é voltado para os estudantes do ensino fundamental, médio e universitários. A Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro (SME), a Fetranspor – Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro e a Rio Ônibus são parceiras do projeto. A Prefeitura do Rio, através da SME, é responsável pela seleção das turmas que participam do programa, com ênfase nas escolas situadas em áreas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Já a Rio Ônibus é a responsável pelo transporte dos estudantes, que sem esse apoio não teriam como ir ao tribunal.

### EXPEDIENTE



Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro

Rua Dom Manuel, 29 - 1º andar  
Centro - Rio de Janeiro - 20010-090  
Tel.: (21) 3861-1130/1116/1112  
boletim@amaerj.org.br  
www.amaerj.org.br

Editor: Diego Carvalho (MTB 34231)  
Redação: Ana Paula Ribeiro e Catherine Quarterole (estagiária)

Editora JC  
Telefax: (21) 2240-0429  
editorajc@editorajc.com.br  
CTP, impressão e acabamento: Gráfica Mcc

AMAERJ NOTÍCIAS é um informativo mensal da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro. É permitida a reprodução parcial ou total das matérias, desde que citada a fonte.



## Tribunal realiza 2ª edição de 'Semana da Justiça pela Paz em Casa'

Mobilização terminou com quase 1.400 audiências de violência contra mulher



Juíza Adriana Ramos de Mello na abertura da segunda edição da Semana pela Paz em Casa

O Tribunal de Justiça do Rio encerrou a segunda edição da “Semana da Justiça pela Paz em Casa” com 1.399 audiências realizadas sobre violência contra a mulher, além de 19 julgamentos de crimes de feminicídio nos Tribunais de Júri. A campanha mobilizou juízes da capital e do interior do estado para o mutirão de audiências e julgamentos entre os dias 3 e 7 de agosto.

O presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, fez uma avaliação positiva da segunda edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa. “O balanço é totalmente positivo, apesar de estarmos diante de uma batalha cultural, de mudança de costumes, que não vai ser vencida por decreto. É através da sociedade civil organizada, dos movimentos de mulheres e do Poder Judiciário que vamos enfraquecer a violência para um dia erradicá-la”, finalizou.

Segundo dados atualizados do TJ-RJ, o estado do Rio possui mais de 132 mil processos de violência contra a mulher

em trâmite. De janeiro a junho deste ano, 34.800 ações relativas ao tema já receberam sentença. Em 2014, foram 306 mil inquéritos policiais gerados no país inteiro. Somente a Baixada Fluminense concentra 45% dos inquéritos policiais de violência contra a mulher, segundo levantamento do Ministério Público do Rio. Nesta segunda edição da campanha, liderada pela ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), foram realizadas 457 prisões em flagrante relativas à violência no Rio de Janeiro.

A juíza auxiliar da Presidência do TJ-RJ e coordenadora do ‘Paz em Casa’ no Rio de Janeiro, Adriana Ramos de Mello, disse que o Poder Judiciário tem que estar preparado e capacitado para atender à demanda, caso esses inquéritos evoluam e se transformem em processos. “Isso demonstra que o índice de violência contra a mulher está alto e têm muitos inquéritos ainda em fase de investigação, que ainda não se tornaram ações penais. Quando isso acontecer obviamente vão desaguar nos Tribunais de Justiça dos estados. É uma preocupação

grande que a gente dê celeridade para que as mulheres tenham uma resposta do Judiciário”, alerta a magistrada.

O diferencial desta edição do ‘Paz em Casa’ é que a mobilização foi estendida do Judiciário para a área da Educação. O objetivo é que crianças e jovens aprendam, desde cedo, noções de igualdade de gênero. A representante no Brasil do Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (SPT), da ONU, Margarida Pressburger, elegeu a educação como elemento primordial para que crianças não se tornem adultos violentos. “Crianças não nascem violentas ou com preconceito, elas se tornam assim à medida que crescem. Se forem educadas a respeitar as pessoas desde pequenas não teremos problemas de violência contra a mulher nas próximas gerações”, ressalta Pressburger.

Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, disse que o Brasil é um exemplo a ser seguido. “Em uma semana mais de mil casos sendo analisados não é uma coisa que acontece sempre. Por isso, é um exemplo a ser seguido”, elogiou Nadine, ressaltando que a Lei Maria da Penha, que completou nove anos no dia 7 de agosto, é muito conhecida no Brasil, e isso é um diferencial em relação a outros países da América Latina.

Durante o encerramento da semana, realizado no Fórum de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, o prefeito do município, Alexandre Cardoso, anunciou que, em novembro, vai promover uma semana inteira dedicada às ações do Projeto Violeta, criado pela juíza Adriana Ramos de Mello. “Nós avançamos muito nas denúncias, mas as respostas ainda são lentas. E o Projeto Violeta fixa em poucas horas o processo, desde a denúncia até a sentença. O que a gente precisa hoje é encontrar meios de dar respostas imediatas a quem tem fome, não tem escola e sofre com a violência. Esse é o desafio do Poder Público”, ressalta Cardoso.

## CURTAS

### Justiça pela Paz em Casa atende moradores na Vila Olímpica do Caju

Mutirão teve a presença de sete magistrados do TJ-RJ

Millhares de moradoras do Caju tiveram acesso a uma gama de serviços e atividades, num grande mutirão de ação social focado no atendimento à mulher. Essa foi mais uma iniciativa da campanha Justiça pela Paz em Casa, desta vez em parceria com a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres do Rio. Os juízes Adriana Ramos de Mello, Paulo Roberto Corrêa, Lysia Mesquita, Lísia Carla Rodrigues, Maria Daniella Binato de Castro, Raquel Chrispino e Tula Corrêa de Mello Barbosa participaram do mutirão. Dois ônibus do TJ-RJ – o Ônibus Violeta e a Justiça Itinerante – atenderam à população. Ônibus de outros órgãos, como o Ministério Público e a Defensoria Pública também prestaram atendimento. Na quadra, funcionários do TJ-RJ distribuíram cartilhas explicativas com alertas sobre a violência doméstica e o Projeto Violeta (que acelera a concessão de medidas protetivas de urgência às mulheres).



Magistrados e servidores do Rio participaram do mutirão especial

## TJ-RJ

### Volta Redonda terá vara especializada contra a violência doméstica

Medida visa redução das estatísticas de crimes contra a mulher na região



Magistrados e servidores da região fizeram reivindicações à Administração do TJ-RJ. Quinto Núcleo Regional reúne comarcas de nove municípios do Rio de Janeiro

Em visita ao 5º NUR (Núcleo Regional), em Volta Redonda, a cerca de 130 quilômetros da capital, o presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, anunciou em 29 de julho, que está em estudos avançados a criação de uma vara especializada no combate à violência doméstica no município.

O presidente lembrou que a medida visa contribuir para que se reduzam as estatísticas de crimes contra a mulher na região. O 5º NUR reúne comarcas de nove municípios e conta com 41 magistrados e 762 servidores. O presidente do TJ-RJ destacou a importância de visitas da Administração aos núcleos regionais. Esta foi a terceira desde o início da sua gestão.

“É muito bom podermos dialogar francamente com magistrados e servidores de várias comarcas, acabando com boatos e desinformação. Levamos nessas reuniões desembargadores, juízes auxiliares, diretores, com o objeto de dar informações ver-

dadeiras sobre a administração. Não viemos aqui para vender milagres, mas o que se quer é um jogo da verdade entre a administração do Tribunal, os magistrados e servidores”, explicou.

Também participaram da visita os desembargadores Caetano Ernesto da Fonseca (diretor-geral da Emerj), José Carlos Maldonado (Comissão de Segurança), Ricardo Cardozo (Comaq), Maria Augusta Vaz (corregedora-geral); os juízes auxiliares da Presidência Adriana Ramos de Mello e Luiz Márcio Vitor Alves Pereira; e a juíza auxiliar da Corregedoria, Simone Lopes da Costa.

O desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho se reuniu com um grupo de 50 magistrados, e em seguida com cerca de 120 servidores. Durante mais de duas horas e meia, os integrantes da Administração apresentaram as prioridades da atual gestão e ouviram sugestões e reivindicações, que incluíram o plano de cargos e salários para os servidores.



## Tribunal apresenta projeto de plataforma online de mediação

Objetivo é que cidadão reassuma controle e responsabilidade na resolução de conflitos



Corregedora Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo, presidente Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho e desembargador César Cury

O presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz, e o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, desembargador César Cury, se reuniram, no dia 6 de agosto, com os juízes em exercício nos Juizados Especiais Cíveis da Capital, diretores do Fórum de Duque de Caxias e Regionais de Santa Cruz e Barra da Tijuca para apresentar o projeto piloto de implantação das plataformas online para a realização de sessões de conciliação/mediação de resolução de conflitos de massa.

Para o presidente do TJ-RJ, este é um projeto de ambição e humildade do Tribunal de Justiça. De ambição porque está procurando avançar e encontrar novos métodos consensuais e alternativos de solução de conflitos e de humildade do tribunal reconhecer que é, praticamente, impossível vencer a demanda de novos processos que entram, diariamente, no Poder Judiciário fluminense dentro dos critérios tradicionais do processo judicial.

O desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho contou ainda que o TJ-RJ é o primeiro tribunal do país a inaugurar uma plataforma online de mediação à distância. “Se a nossa responsabilidade é grande, a nossa expectativa é maior ainda. É esse devotamento com os nossos parceiros, com os advogados e com todos os segmentos envolvidos que vai construir um futuro melhor para o Judiciário e, especialmente, para a sociedade que tanto espera de nós”, completou.

A corregedora-geral da Justiça destacou a importância do dia de hoje pelo lançamento da câmara online que vai propiciar maior rapidez, maior desenvolvimento na solução dos problemas litigiosos. “Nós sabemos que o Judiciário, hoje, está sobrecarregado e não conseguimos dar solução rápida aos inúmeros problemas que nos assoberbam e têm, então, surgido, nos últimos tempos, formas alternativas de solução de litígios. Estamos, agora, diante desta nova medida que é a mediação com a criação de câmaras de conciliação e mediação que se apresentam como uma solução desejável que, certamente, virão para auxiliar a prestação que faz o Poder Judiciário”, afirmou a desembargadora Maria Augusta Vaz.

O desembargador César Cury explicou que o objetivo da iniciativa é fazer com que o cidadão e a sociedade reassumam o controle e a responsabilidade pela condução e resolução dos seus próprios conflitos. “O que nós estamos fazendo é fomentar a construção de novas alternativas, de novos caminhos para que a sociedade, assim, possa reassumir essa responsabilidade e conduzir a solução de seus litígios, independentemente, da intervenção do juiz”, concluiu.

## CURTAS

### TJ-RJ institui Grupo de Trabalho para analisar impactos da Lei da Mediação e do novo CPC

O presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, publicou ato, em 18 de agosto, que institui o Grupo de Estudos do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), responsável por analisar os impactos da Lei da Mediação e do novo Código de Processo Civil (CPC) no Tribunal. Além do desembargador César Cury, escolhido para presidente, o grupo será composto pelos desembargadores Regina Lu-

cia Passos; Fernando Cerqueira Chagas; e Sérgio Ricardo de Arruda Fernandes; pelos juízes Ana Célia Montemor Soares Rios Gonçalves; José Guilherme Vasi Werner; Carlos Gustavo Vianna Direito; Mylene Glória Pinto Vassal; Fábio Ribeiro Porto; e Antonio Aurélio Abi Ramia Duarte. Também vão participar dos trabalhos a procuradora de Justiça Anna Maria Di Masi; a defensora pública Christiane Serra Ferreira; e a advogada Samantha Pelajo.

### Concurso para juiz do TJ do Rio terá cota para negros

O Órgão Especial do TJ-RJ aprovou, em 24 de agosto, uma resolução que reserva aos negros 20% das vagas do XLVII Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio. Para disputar as vagas destinadas à cota, os candidatos terão que comprovar renda familiar máxima de até 1,5 salário mínimo e alcançarem a nota mínima exigida na primeira fase de seleção. A aprovação da

ação afirmativa - conjugando a questão da etnia com o fator econômico - foi comemorada pelo presidente do Tribunal, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho. “Considero uma manifestação de grandeza do Tribunal, que construiu um consenso, observando o que diz a Constituição. Sinto-me orgulhoso de presidir esta casa”, disse ao plenário no final da votação.

## TRE-RJ homenageia magistrados por contribuição à Justiça Eleitoral

Cerimônia de entrega da medalha foi realizada no Centro Cultural da Justiça Eleitoral

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro concedeu, no dia 30 de julho, a Medalha do Mérito Eleitoral a dez personalidades por serviços prestados à Justiça Eleitoral fluminense. Foram agraciados os desembargadores Carlos Eduardo Fonseca Passos, Horácio dos Santos Ribeiro Neto e José Carlos Maldonado, o juiz Fabio Uchôa Montenegro e o desembargador federal Abel Fernandes Gomes.

“Esta honraria objetiva incentivar práticas de ações honrosas, de elevações humanas e importância social. É uma honraria menos individual, e mais coletiva, destinada àqueles que conseguem abstrair seus interesses pessoais. Os homenageados com esta medalha são pessoas empreendedoras, exemplos a serem seguidos”, afirmou o presidente do TRE-RJ, desembargador Edson Vasconcelos.

Também foram condecorados a advogada e ex-desembargadora eleitoral Ana Tereza Basílio, o advogado Carlos Henrique Brinckmann, o procurador regional eleitoral, Paulo Roberto Bérenguer, o secretário de estado da Casa Civil do Governo do Rio de Janeiro, Leonardo Espíndola, e o chefe de gabinete da



Magistrados do Rio de Janeiro foram homenageados com Medalha do Mérito Eleitoral, em julho

Presidência do TRE-RJ, Filipe Vieira de Carvalho. O vice-presidente do TRE-RJ, desembargador Antonio Jayme Bonte, recebeu a medalha em nome do desembargador Horácio Ribeiro Neto, que não pôde participar da cerimônia.

Em seu discurso, o presidente do TRE-RJ destacou que, na edição deste ano, a cerimônia de entrega da medalha assumiu um significado especial, por se realizar no Centro Cultural da Justiça Eleitoral - prédio histórico, localizado na Avenida Primeiro de Março, no qual funcionou a sede do Tribunal Superior Eleitoral de 1946 a 1960.

“Aqui pontificaram magistrados e advogados dos mais expressivos da nossa história política e jurídica. Os debates

aqui travados, os votos proferidos, as decisões acordadas criaram uma cultura e uma tradição que se inscreveram nos anais da nossa instituição judiciária eleitoral de maneira indelével”, disse o desembargador.

Estiveram presentes na cerimônia o presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho; a corregedora, desembargadora Maria Augusta Vaz, e o terceiro vice-presidente do TJ-RJ, desembargador Celso Ferreira Filho; e o vice-governador do estado do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles; dentre outros. O evento contou, ainda, com apresentações do Coral da Mútua dos Magistrados e da banda Urca Bossa Jazz.

### CURTAS

## Desembargador Peterson Barroso toma posse na AFL

Em 13 de agosto, o desembargador e escritor Peterson Barroso Simão tomou posse da cadeira número 23 da Academia Fluminense de Letras (AFL). O novo imortal ocupa o lugar que tem como patrono o poeta Joaquim Manuel de Macedo, e que pertenceu ao falecido professor Hélio Alonso. “Como magistrado fico muito feliz, até porque a magistratura está interligada à literatura. Mesmo sendo desembargador, ser reconhecido pela Academia Fluminense de Letras, com seus 98 anos de história, é muito importante. É gratificante poder integrar essa lista centenária”. O presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, afirmou que esta homenagem representa o sentimento e o reconhecimento do talento e da sensibilidade do desembargador. “O tribunal se sente engrandecido quando um magistrado na qualidade de desembargador se vê acolhido por uma instituição com esta tradição e trajetória maravilhosa que é a Academia Fluminense de Letras. Reconhecer o Peterson e homenageá-lo é como se todo o tribunal estivesse sendo homenageado também”.



Peterson Barroso entre os presidentes AFL e do TJ-RJ



## Amaerj promove Concurso de Monografias para Magistrados

Em homenagem ao desembargador Aloysio Maria Teixeira, concurso oferece prêmio de 15 mil reais



Judiciário como fiel da balança nos Poderes da República, este é o tema do “Concurso Cultural de Monografias Jurídicas para Magistrados do Estado do Rio de Janeiro - Desembargador Aloysio Maria Teixeira”, promovido pela Amaerj. As monografias deverão ser inscritas até 16 de outubro. Os três primeiros colocados serão contemplados com um troféu e prêmio em dinheiro. Os vencedores serão conhecidos e premiados no dia 16 de novembro, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, durante a cerimônia de encerramento do 4º Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos.

Apenas magistrados do estado do Rio de Janeiro poderão participar do concurso. A inscrição é gratuita. O produto intelectual

deve ser apresentado, sob a forma de artigo jurídico, devidamente impresso, na Secretaria da Amaerj, junto com uma cópia eletrônica do trabalho, sem qualquer identificação do autor, em mídia CD, em arquivo “doc” ou em “pdf”, por meio de envelope opaco, lacrado, contendo em sua parte externa apenas o título do trabalho. O artigo deve ser apresentado entre 35 e 40 laudas.

Para mais informações, entre em contato com Marcos Aguiar através do e-mail [marcosaguiar@tjrj.jus.br](mailto:marcosaguiar@tjrj.jus.br) ou do telefone 3861-1113. Acesse a íntegra do regulamento no site [goo.gl/bjfNpA](http://goo.gl/bjfNpA).

O concurso é uma homenagem ao saudoso desembargador Aloysio Maria Teixeira, presidente do Tribunal de Justiça do antigo estado da Guanabara, de 1967 a 1969. Magistrado desde a década de 40, publicou vários livros como “Justiça e misericórdia” e “A missão do Poder Judiciário”. Fundador da PUC de Petrópolis, Aloysio Maria Teixeira foi presidente do Tribunal de Justiça do Rio nos governos Negrão de Lima e Chagas Freitas, onde foi responsável pelas obras que deram ao fórum o formato que tem hoje. Também foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral e vice-presidente da AMB. O desembargador Aloysio Maria Teixeira faleceu aos 97 anos, em 2012.

### Concurso de Monografias para Magistrados do Rio de Janeiro – Desembargador Aloysio Maria Teixeira

Tema: Judiciário como fiel da balança nos Poderes da República

Fim das inscrições: 16 de outubro

Premiação: 1º Lugar: 15 mil | 2º Lugar: 10 mil | 3º Lugar: 5 mil

Cerimônia: 16 de novembro - Theatro Municipal do Rio de Janeiro

## | CURTAS |

### Ex-presidente do TJ-RJ é homenageado no TST

O desembargador Miguel Pachá foi homenageado, em 11 de agosto, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília. O magistrado recebeu a comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, entregue, desde a década de 70, a pessoas e instituições que se destacaram na sua área de atuação ou serviram de exemplo para a sociedade. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) no biênio 2003/2004, o desembargador Miguel Pachá ingressou na magistratura no ano de 1979 e se aposentou em 2005.



Desembargador Miguel Pachá recebeu homenagem do Tribunal Superior do Trabalho

### Tribunal Pleno elege novos membros para o Órgão Especial

O Tribunal Pleno do TJ-RJ elegeu, em 17 de agosto, os desembargadores Camilo Ribeiro Ruliere, Marcos Alcino de Azevedo Torres e Carlos Santos de Oliveira para as vagas eletivas do Órgão Especial, da classe da Carreira, decorrentes da aposentadoria do desembargador Marcus Quaresma Ferraz e do término do biênio dos desembargadores Odete Knaack de Souza e Jessé Torres Pereira Junior, respectivamente. Para o preenchimento de três vagas de suplentes da parte eletiva do Órgão Especial, da classe da Carreira, foram escolhidos os desembargadores Rogério de Oliveira Souza, Custódio de Barros Tostes e Cláudio Brandão de Oliveira.

## Lançamento do 4º Prêmio Patrícia Acioli celebra juíza e direitos humanos

Autoridades participaram da abertura, que contou com apresentações de música e dança



Rosane Naylor

*Cerimônia de abertura contou com emocionantes apresentações de música e dança na Emerj, como a da Orquestra de Sopros AfroReggae*

Com o tema “Construindo Cidadania”, a Amaerj lançou, em 10 de agosto, o 4º Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos. A cerimônia de abertura, realizada no auditório da Emerj, relembrou a grande importância da magistratura na luta pelos direitos humanos. Diversas autoridades participaram do evento, que contou com apresentações de música e dança. O Prêmio tem como objetivo não apenas manter viva a história da magistratura na memória coletiva, mas também contribuir com uma cultura dos direitos humanos para a sociedade.

O presidente da Amaerj, juiz Rossidélvio Lopes da Fonte, agradeceu a todos os parceiros do Prêmio por tornar a 4ª edição uma realidade. “Graças a eles nós conseguimos oferecer essa premiação em dinheiro aos defensores dos direitos humanos. Esse ano queremos premiar as melhores práticas positivas na construção da cidadania. Esperamos que cada um de vocês ajude na construção dessa edição”. Com apoio do TJ-RJ, o Prêmio conta com a parceria do Bradesco, da Vale, da Fetranspor, da Rio Ônibus, da Masan, da TV Record, da Fundação Xuxa Meneghel e da ONG RioSolidário.

A juíza Denise Appolinária, diretora de Direitos Humanos da Amaerj, reafirmou a importância da participação do público no Prêmio e das inscrições. “Ao longo desses quatro anos tenho reafirmado aqui a grande honra que significa para a Amaerj a presença do público no Prêmio Patrícia Acioli. Quero lembrar a todos vocês para trazerem os seus trabalhos acadêmicos, reportagens jornalísticas e práticas humanísticas,

porque a grande tarefa de transformar a promessa constitucional de um país de direitos humanos em uma verdade no dia a dia, vai depender da soma de cada gota de suor dos semeadores da paz”.

Como presidente da RioSolidário e primeira dama do Estado do Rio de Janeiro, Maria Lúcia Horta Jardim, destacou a importância da Constituição. “A parte mais importante da nossa Constituição é quando ela fala do princípio da dignidade da pessoa humana e esse Prêmio fundamentalmente visa esse princípio, que é o princípio da vida. Tenho a honra em participar e dar parabéns por essa iniciativa. A semente plantada por esse Prêmio é muito importante e fará a diferença, pois trabalhar com os direitos humanos mexe com nossa essência. Hoje saio daqui com a minha alma feliz”, afirmou.

O presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, exaltou a importância da juíza Patrícia Acioli na luta pelos direitos humanos. “Graças a essa iniciativa da Amaerj, temos uma noite de celebração, onde nós estamos celebrando o espírito e a alma de uma pessoa que tombou covardemente, mas que não foi abatida. O nome da Patrícia evoca paz, esperança e bravura. Patrícia Acioli não foi, ela é e sempre será, pois estimula e inspira a ideia de um Prêmio tão bonito como esse. Ela foi uma guerreira pelos direitos humanos, não deixou se intimidar e por isso pagou com a própria vida. Hoje ela é presente na luta dos direitos humanos. Hoje lutamos por um direito humano para todos



e não somente para alguns, essa é a semente que ela deixou para todos nós”.

A abertura teve apresentações da Orquestra de Percussão Municipal Amaral Peixoto, da Banda Urca Bossa Jazz – com participação do desembargador Wagner Cinelli –, da Orquestra de Sopros AfroReggae e do grupo Malaka Música e Dança.

As inscrições devem ser feitas através do site [www.amaerj.org.br/premio](http://www.amaerj.org.br/premio) até 29 de outubro. Serão distribuídos, no total, 90 mil reais para os vencedores e troféus estilizados com a imagem da magistrada homenageada. A cerimônia de premiação será no Theatro Municipal do Rio, em 16 de novembro, às 19 horas. Os ministros Ricardo Lewandowski, presidente do STF, José Eduardo Cardozo, da Justiça, e Pepe Vargas, de Direitos Humanos, e o governador Luiz Fernando Pezão confirmaram presença na cerimônia.



Autoridades e filhos da juíza Patrícia Acioli participaram do lançamento

#### 4ª Edição do Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos

Tema: “Construindo Cidadania”

Fim das inscrições: 29 de outubro - [www.amaerj.org.br/premio](http://www.amaerj.org.br/premio)

Categorias: Trabalhos Acadêmicos | Práticas Humanísticas | Reportagens Jornalísticas

Premiação: 1º Lugar: 15 mil | 2º Lugar: 10 mil | 3º Lugar: 5 mil

Cerimônia de premiação: 16 de novembro - Theatro Municipal

## Memorial Juíza Patrícia Acioli é inaugurado em Niterói

Homenagem aconteceu quatro anos após a morte da magistrada



Magistradas, prefeito de Niterói e familiares da juíza Patrícia Acioli na inauguração do Memorial

Atendendo ao pedido da Amaerj, a Prefeitura de Niterói inaugurou, na noite de 12 de agosto, um memorial em homenagem à juíza Patrícia Acioli, na Praia de Icaraí. A diretora de Direitos Humanos da Associação, juíza Denise Appolinária, participou do evento, realizado após quatro anos do assassinato da magistrada. O memorial fica localizado na “Árvore da Patrícia”, onde foi colocada uma placa com a seguinte mensagem: “Em memória de uma corajosa brasileira que, em dias de menosprezo à vida e

impunidade, combateu com autonomia o crime organizado no Estado do Rio de Janeiro”.

O local ganhou jardinagem com vasos e plantas, além de flores e uma parte com grama sintética. O prefeito de Niterói Rodrigo Neves também participou da inauguração. “Essa é uma homenagem a uma pessoa que cumpriu sua missão, sua responsabilidade com a sociedade até o momento final de sua vida. Tenho certeza de que a nossa querida Patrícia, além de deixar um legado aos seus filhos, também cumpriu papel muito importante na

luta pela justiça, por uma sociedade mais equilibrada e civilizada”, disse.

O filho de Patrícia, Mike Chagas, agradeceu a inauguração do memorial. “Recebemos essa homenagem com muita gratidão. É uma demonstração de carinho, isso é muito confortante e representa esse espírito que ela tinha de luta e justiça”, afirmou.

O evento também contou com a presença de magistrados do TJ-RJ. Vestida com a camisa do 4º Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos, a desembargadora Regina Lúcia Passos parabenizou a homenagem. “Patrícia era uma pessoa formidável. Éramos muito amigas, estudamos juntas. Ela me substituiu no Tribunal do Júri de São Gonçalo. Era obcecada por justiça. Essa homenagem é muito significativa, simpática. O local tem um significado importante para a família, ela morava em Icaraí, frequentou a praia quando criança”.

A ideia do Memorial Juíza Patrícia Acioli surgiu em um encontro entre o presidente da Amaerj, Rossidélvio Lopes, e o prefeito de Niterói, Rodrigo Neves. A magistrada atuava na 4ª Vara Criminal de São Gonçalo e foi assassinada, em 2011, em Piratininga, Niterói.

## Tribunal começa a pagar auxílio educação

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro começou a pagar o auxílio educação para magistrados e servidores efetivos ativos, retroativo a 1º de junho de 2015. No Boletim Eletrônico Diário, a Amaerj informou aos

associados a necessidade de formalizar requerimento no Portal do Magistrado para receber o benefício. A Lei do Auxílio Educação (nº 7014/2015), sancionada pelo governador Luiz Fernando Pezão em junho, institui que cada magistrado



e servidor receberá o benefício de R\$ 953,47 por filho com idade entre 8 e 24 anos — sendo o limite de três filhos.

## Presidente da Amaerj: Projeto de aposentadoria aos 75 anos não alcança magistratura

Em entrevista ao ConJur, juiz Rossidélio Lopes abordou projeto de lei do Senado Federal

A revista eletrônica Consultor Jurídico (ConJur) entrevistou o presidente da Amaerj, Rossidélio Lopes, sobre o projeto de lei complementar que estende a aposentadoria aos 75 anos para todo o serviço público brasileiro, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP). “O projeto não alcança a magistratura, por vício de iniciativa. Estamos aguardando o STF remeter o tema da aposentadoria junto com o projeto da Lei Orgânica da Magistratura. Obviamente, estamos junto ao Congresso para tentar uma emenda que retire expressamente a magistratura [do projeto de lei complementar]”, afirmou o magistrado, em reportagem publicada no dia 26 de agosto.

A Associação de Magistrados Brasileiros também atua na Câmara para convencer os deputados a alterar a redação do projeto de lei. A entidade quer que a proposta estabeleça expressamente que a nova regra não abarcará a magistratura. “Houve uma conversa preliminar e a sinalização que se tem é que a Câmara faria uma emenda para retirar a magistratura desse projeto. Se eventualmente o projeto for aprovado na forma como se encontra, teremos já inconstitucionalidade reconhecida”, explicou à reportagem Gervásio Santos, coordenador da Justiça Estadual da AMB.

Santos reconhece que a aprovação da aposentadoria aos 75 para todos os servidores, exceto a magistratura, criará “uma situação no mínimo delicada”. Mas, de acordo com ele, isso não é desculpa para

que a decisão do STF seja descumprida. “A posição da AMB é histórica, fizemos o combate à aposentadoria aos 75 anos por entendermos ser essencial a oxigenação do Judiciário. Não mudamos essa posição. Mas a PEC foi aprovada. E o que entendemos é que até em função do princípio da separação dos poderes, as decisões judiciais têm que ser obedecidas. Não podemos fazer vistas grossas à decisão do STF”, afirmou.

### PEC da Bengala

Aprovado no Senado, em julho, e agora em tramitação na Câmara dos Deputados, o projeto de lei é consequência da Emenda Constitucional 88, que elevou de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria dos ministros do STF. Na sequência à entrada em vigor da PEC, a Associação dos Magistrados Brasileiros, que sempre foi contra a proposição, ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade. Em razão de liminares que começaram a ser concedidas pelos tribunais estaduais para estender os efeitos da PEC da Bengala a desembargadores, a AMB também pleiteou à Corte, a pedido da Amaerj, para determinar que a nova regra fosse estendida à magistratura somente depois da edição de uma lei complementar sobre o tema.

Uma liminar concedida pelo STF atendeu ao pedido. Com relação aos juízes, a legislação teria de ser proposta pela própria Corte. No caso, em um projeto de lei complementar que visa atualizar a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

## AMB pede ao CNJ regulamentação da permuta na Justiça Estadual

A AMB apresentou requerimento com pedido de providências para a regulamentação de permuta entre magistrados estaduais, vinculados a diferentes Tribunais de Justiça, junto ao CNJ. No documento, a associação explicita uma série de argumentos que legitimam a reivindicação, como o princípio da unidade da magistratura nacional e o fato de que os concursos públicos para juízes têm programas e regras assemelhadas. A entidade reitera que a permuta já é permitida aos magistrados que optaram pelas justiças Federal e Trabalhista, devendo, portanto, ser estendido à Justiça Estadual, uma vez que “encontra-se consolidado no âmbito do Conselho Nacional de Justiça o conceito de que a magistratura é nacional, construído a partir de decisões do Supremo Tribunal Federal”. Por fim, a AMB argumenta que a regulamentação da permuta resultará em melhor prestação jurisdicional e aumento de produtividade.





## AMB e Amaerj participam de audiência na Câmara sobre PEC das Diretas

Magistrados mostraram aos deputados a importância da democratização do Judiciário

A democratização nos tribunais não é uma demanda corporativa, é um pleito da sociedade brasileira. Assim defendeu o presidente da AMB, João Ricardo Costa, em 13 de agosto, na Câmara dos Deputados. O presidente da Amaerj, Rossidélvio Lopes, também participou da audiência pública para debater a PEC 187/2012, que dispõe sobre a realização de eleições diretas nos órgãos diretivos dos tribunais.

Além de João Ricardo, também compuseram a mesa de debates os presidentes da Ajufe, Antônio César Bochenek, e da Anamatra, Germano Siqueira. O deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP) presidiu a audiência, que contou ainda com a participação do relator da matéria, deputado João Campos (PSDB-GO); do deputado Alessandro Molon (PT-RJ) e do autor da proposta, senador Wellington Fagundes (PT-MT). O presidente da comissão, deputado Lincoln Portela (PR-MG), participou do

início dos trabalhos.

“Nas várias audiências Brasil a fora a gente percebe que mais de 80% dos juízes querem ver esta PEC aprovada. Espero que a Câmara dos Deputados aprove o mais rapidamente possível esta matéria. Nosso objetivo é aprovar e fortalecer o processo democrático brasileiro”, afirmou o senador.

Também participaram da audiência os presidentes das associações de magistrados de Goiás, Gilmar Coelho, do Piauí, Leonardo Trigueiro, do Distrito Federal, Sebastião Coelho, e a representante da associação do Paraná, Branca Bernardi. Para o presidente da AMB, trata-se não apenas de escolher os dirigentes dos tribunais, mas sim de se comprometer a gestão das cortes com a melhoria da prestação jurisdicional.

“Estamos aqui defendendo uma bandeira histórica da magistratura nacional. Democratizem os tribunais, democratizem a Justiça brasileira, para que possa-

mos prestar um melhor serviço a nossa sociedade. Estamos há muito tempo lutando para prestar um excelente serviço à nossa cidadania, mas encontramos fortes obstáculos. Hoje, o maior deles é a concentração de poder nos tribunais, é falta de democratização”, afirmou.

Costa destacou também como um dos problemas da falta de democratização nos tribunais o não comprometimento dos dirigentes com a Justiça de primeiro grau, exatamente onde estão as maiores taxas de congestionamento de processos e a que mais carece de estrutura para o seu bom funcionamento. O deputado Alessandro Molon concordou com a tese de que a eleição direta trará avanços para toda a população. “Eu não entendo o temor de que os juízes possam participar da escolha dos chefes de seus tribunais. Eu penso que isso vai ajudar a aproximar o Judiciário da população brasileira. Trata-se de garantir a cidadania dos juízes”, disse.

## CCJ do Senado aprova PEC das Eleições Diretas no Judiciário

Proposta estabelece a participação de todos os magistrados nas eleições

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em 19 de agosto, Proposta de Emenda à Constituição (PEC 15/2012) que democratiza as eleições para presidente e vice-presidente dos tribunais estaduais e Tribunais Regionais Federais. A proposta permite a todos os magistrados vitalícios em atividade, de primeiro e segundo grau, participar da votação. Hoje, apenas 17% da magistratura podem escolher o presidente e o vice-presidente dos tribunais.

A iniciativa partiu do senador José Maranhão (PMDB-PB), atual presidente da CCJ, e conta com parecer favorável do relator, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Conforme resumiu Ferraço, a PEC 15/2012 também pretende dar a todos os desembargadores o direito de disputar a administração das cortes de Justiça do país. Atualmente, a Lei Orgânica da Magistratura (Loman - Lei Complementar nº 35/1979) estabelece



Aprovação da proposta aconteceu na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal

que os cargos diretivos dos tribunais serão exercidos pelos juízes mais antigos.

“Convivemos, portanto, com um sistema que relaciona antiguidade com competência de gestão e tal circunstância cobra seu preço: a dificuldade histórica dos tribunais de apresentarem práticas administrativas compassadas com princípios caros ao

serviço público”, comentou o relator.

A PEC 15/2012 estabelece que a eleição para o comando dos tribunais estaduais e TRFs ocorra por maioria absoluta e voto direto e secreto. O mandato dos eleitos será de dois anos, permitida uma recondução. A proposta segue agora para dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado.

## AMB apresenta pesquisa inédita sobre o número de processos que chegam à Justiça

Existem 105 milhões de processos na Justiça, sendo que 41 milhões não deveriam estar lá



Magistrados divulgam pesquisa idealizada pela AMB: a cada cinco segundos um novo processo chega ao Judiciário brasileiro

A AMB lançou em Brasília, no dia 11 de agosto, o movimento nacional “Não deixe o Judiciário parar”. Baseado em uma ampla pesquisa realizada pela entidade, intitulada “O uso da Justiça e litígio no Brasil”, a campanha vai informar a sociedade quais são os setores que mais contribuem para congestionar à Justiça de primeiro e segundo grau e as Turmas Recursais de 11 Tribunais de Justiça.

O levantamento é referente aos anos de 2010 a 2013 e foi realizado em 11 Unidades da Federação. “Muitos afirmam que o Judiciário é moroso e pouco eficiente, mas nem todos conhecem os motivos e os setores responsáveis por congestionar a Justiça. Hoje, ela é ocupada por um grande número de ações repetitivas de um pequeno grupo de litigantes que afetam o equilíbrio entre o desempenho do juiz e o volume de demandas. São setores específicos que, muitas vezes, desrespeitam leis e direitos e transformam milhares de conflitos em processos que chegam à Justiça a todo o momento”, afirmou o presidente da entidade, João Ricardo Costa.

A estimativa da AMB é de que existem atualmente cerca de 105 milhões de processos na Justiça. Desses, mais de 41 milhões não deveriam estar lá e poderiam ser resolvidos pelos órgãos e empresas competentes. “A AMB acredita que a Justiça precisa continuar sendo um dos mais importantes caminhos para garantir os direitos de toda a sociedade. Nós vamos propor e desenvolver ações juntos aos setores que mais tem ocupado a Justiça para que possamos descongestionar o judiciário”, revelou Costa.

O presidente mostrou aos presentes a plataforma digital do “Movimento não deixe o Judiciário parar”. “O placar da Justiça será um contador eletrônico que vai contabilizar, em tempo real, uma estimativa sobre o número de processos que entram no Judiciário e quantos não deveriam estar lá se o poder público, os setores e as empresas de serviços

regulados cumprissem à legislação e garantissem os direitos dos cidadãos”, disse.

A metodologia desenvolvida pela AMB estima que, no Brasil, a cada cinco segundos, um novo processo chega ao Judiciário. O movimento pretende envolver a sociedade na busca por uma Justiça mais ágil.

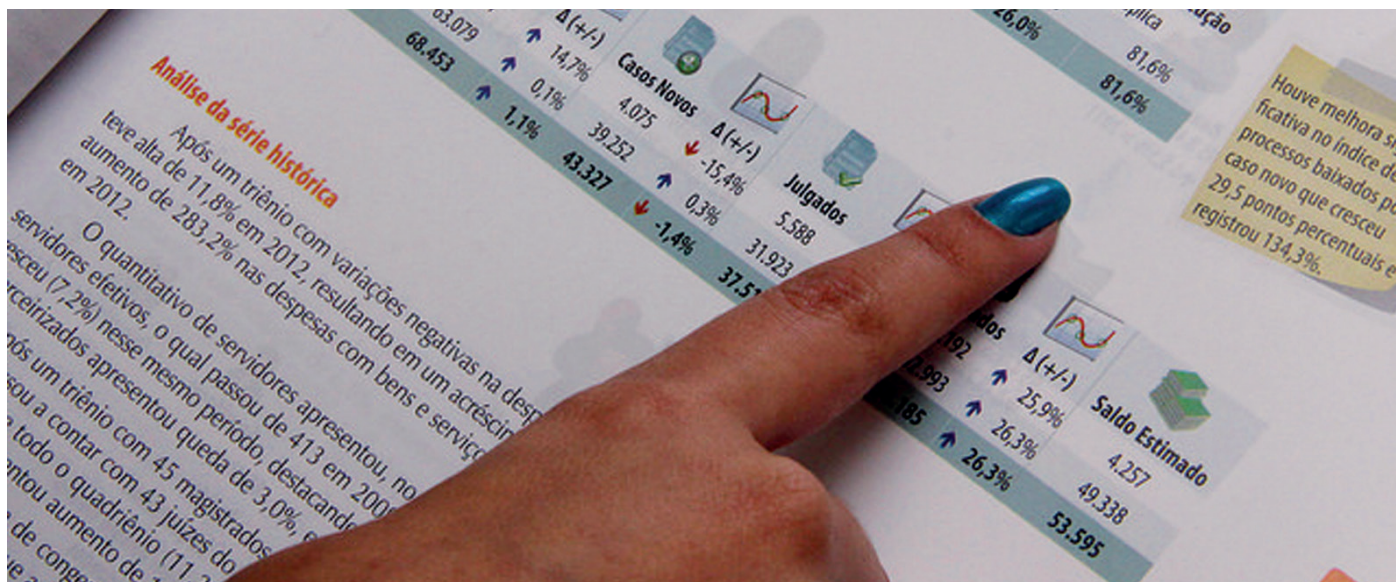
A cientista política e pesquisadora responsável pela coordenação científica do projeto, Maria Tereza Sadek, ressaltou a originalidade do trabalho. “Fizemos um trabalho absolutamente original e chegamos a resultados surpreendentes. Não se trata mais de se falar em cem maiores litigantes. Esses ocupam um espaço muito grande no Judiciário mas, dentre eles, um número muito reduzido ocupa a metade dos processos nos tribunais. Quero parabenizar a AMB por ter tomado esta iniciativa, que pode contribuir para um aperfeiçoamento do Judiciário e para que a população volte a crer na Justiça”.

O vice-presidente institucional da AMB e coordenador do projeto, Sérgio Junkes, destacou os desafios de se trabalhar com os dados de 11 tribunais brasileiros e que a entidade quer avançar para a mudança da realidade de congestionamento da Justiça brasileira. “Este evento não se esgota neste lançamento, queremos avançar ainda mais, queremos que este quadro mude. Não queremos trazer apenas os dados, queremos mudar essa realidade, com engajamento da sociedade e de todos. Vamos caminhar porque o Judiciário não pode parar”, afirmou Junkes.

Para o vice-presidente de Comunicação da AMB, Gil Guerra, que conduziu a cerimônia, a campanha aponta um novo olhar para o número expressivo de processos que tramitam nos tribunais. “Representa uma alternativa, uma nova perspectiva para um problema antigo, com a real possibilidade de contribuir para a solução do congestionamento da atividade judicante”, disse.



## CNJ cria ferramenta para acompanhar produtividade mensal do Judiciário



A partir de 2016, todos os dados relativos à produtividade dos juízes e serventias judiciárias de 1º e 2º grau deverão ser remetidos ao Conselho Nacional de Justiça para alimentar o recém-criado Módulo de Produtividade Mensal do Poder Judiciário. Com isso, a nova ferramenta funcionará como um anexo do Sistema Justiça em Números, responsável pela

sistematização dos dados estatísticos e pelo cálculo dos indicadores que retratam o desempenho dos tribunais em todo o país. A responsabilidade pela coleta e conferência da fidedignidade das informações será da Presidência e da Corregedoria-Geral de cada um dos tribunais. A medida deverá ser cumprida pelos Tribunais de Justiça dos estados, Tribunais Militares, Tribunais

Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais e pelas Cortes Superiores. Os dados de produtividade deverão ser enviados ao CNJ até o dia 20 do mês subsequente ao de referência. Já as informações referentes aos meses entre janeiro e dezembro de 2015 deverão ser enviadas ao CNJ até o dia 28 de fevereiro de 2016.

## BRASIL

### AMB, Anamatra e Ajufe pedem revisão de Resoluções do CNJ

Associações solicitam direito a voto em todos os temas discutidos pelos comitês

A AMB, em conjunto com a Anamatra e a Ajufe, encaminhou ao presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Ricardo Lewandowski, Pedido de Providências (PP) solicitando a revisão parcial das Resoluções 194, 195 e 198 do Conselho – relativas a medidas para valorização da primeira instância.

As entidades representativas da magistratura destacam no texto enviado ao CNJ que as Resoluções 194 e 195 preveem a criação de comitês gestores com a participação de juízes, inclusive indicados pelas entidades de classe. Só que a estes últimos, diferentemente dos demais, é possível apenas a manifestação por voz, sem voto, o que desvaloriza o legítimo papel das associações no cenário institucional.

Para os representantes dos magistrados, esta exclusão “vai no sentido oposto à perseguida ideia de valorização”. Eles ainda reforçam o fundamental papel das associações, que atuam de forma legítima na defesa dos interesses do Judiciário e que têm altíssima taxa de filiação – mais de 80% dos magistrados.

Já em relação à Resolução 198, alegam que as associações não foram notificadas da tramitação do processo administrativo e, portanto, não tiveram a oportunidade de se manifestar a respeito. As entidades ainda apontam retrocessos na nova redação no que se refere à participação das associações no planejamento estratégico e orçamentário dos tribunais; ao omitir parecer sobre a participação das associações nacionais no Encontro Nacional do Poder Judiciário e, das associações regionais, nas reuniões preparatórias.

Dessa forma, as associações pedem revisão parcial destes pontos, solicitando direito a voto em todos os temas discutidos pelos comitês instituídos; participação nas comissões orçamentárias e de planejamento estratégico dos tribunais; regionalização das reuniões preparatórias para os Encontros Nacionais do Poder Judiciário; participação com direito a voz nos Encontros Nacionais do Poder Judiciário, e previsão do dever de equalização das metas de produtividade.

## CCJ aprova três propostas sobre cargos de ministros do Supremo

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara aprovou, em 25 de agosto, a admissibilidade de três Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que modificam, respectivamente, a indicação, os mandatos e o número dos ministros do STF. A PEC 55/15, do Pedro Cunha Lima (PSDB-PB), estabelece mandato de 10 anos para os ministros, nomea-

dos pelo presidente da República, mas aumenta o quórum para aprovação de novos integrantes pelo Senado Federal - de maioria simples para três quintos dos senadores. A PEC 90/15, do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB-PE), institui mandato de 10 anos para os membros do STF e fixa prazos para a indicação, a aprovação do nome e a nomeação dos ministros. A PEC 95/15, do de-

putado Tadeu Alencar (PSB-PE), altera o atual modelo de escolha dos ministros do STF. Hoje, eles são escolhidos pelo presidente da República; pela proposta, passariam a ser escolhidos entre os três poderes. A PEC também fixa mandato de 12 anos, sem possibilidade de recondução. As propostas serão examinadas por uma comissão especial e, em seguida, serão votadas pelo Plenário.

## Supremo decide que Judiciário pode exigir obras em presídio

O STF decidiu em agosto, por unanimidade, que o Judiciário pode obrigar o Executivo a fazer obras em presídios para garantir o direito dos presos. A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 592581, com repercussão geral, interposto pelo MP-RS contra acórdão do TJ-RS. A corte gaúcha entendeu que não caberia ao Poder Judiciário adentrar em matéria reservada à Administração Pública. O relator do caso, ministro Ricardo Lewandowski, disse entender que o Poder Judiciário não pode se omitir quan-

do os órgãos competentes comprometem a eficácia dos direitos fundamentais individuais e coletivos. “É chegada a hora de o Judiciário fazer jus às elevadas competências que lhe foram outorgadas pela Constituição Federal, assumindo o status de Poder do Estado, principalmente quando os demais Poderes estão absolutamente omissos na questão dos presídios”, salientou. O vice-presidente de Direitos Humanos da AMB, Ricardo Barreto, considera que a decisão do Supremo pode ser um passo importante para mudar a situação precária das prisões no país.



Relator foi o ministro Ricardo Lewandowski

## Plenário da Câmara conclui votação da PEC da redução da maioridade penal

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição 171/93, que diminui a maioridade penal de 18 para 16 anos. A proposta obteve 320 votos a favor e 152 contra. A matéria será enviada ao Senado. De acordo com o

texto aprovado, a maioridade será reduzida nos casos de crimes hediondos – como estupro e latrocínio – e também para homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. Pela emenda, os jovens de 16 e 17 anos deverão cumprir a pena em estabelecimento separado dos adolescentes que cumprem

medidas socioeducativas e dos maiores de 18 anos. A Amaerj perguntou, no site, se os associados são a favor da redução. Na enquete, a maioria afirmou que sim: 62% dos votantes disseram ser a favor, enquanto 38% afirmaram ser contra a redução. A pesquisa contabilizou 159 votos.



Deputados comemoraram a aprovação da proposta no Plenário da Câmara: 320 votos a favor e 152 contra



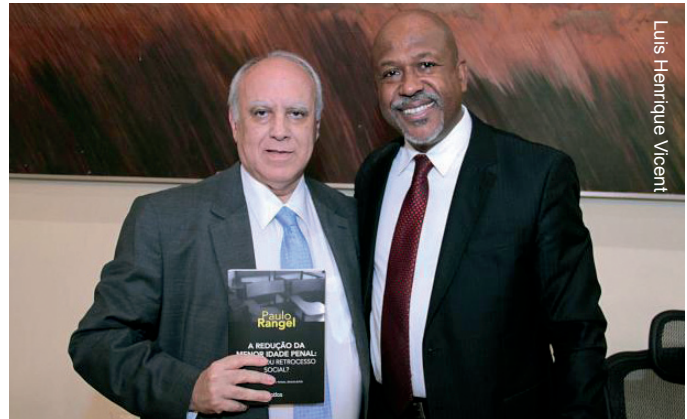
## Desembargador Paulo Rangel lança livro no TJ-RJ

Magistrado criticou redução da maioria penal

O desembargador Paulo Rangel lançou, em 3 de agosto, no Salão Nobre do TJ-RJ, o livro “A Redução da Menor Idade Penal: Avanço ou Retrocesso Social?”. Na obra, o autor considera fundamental o investimento na educação como solução para recuperar as pessoas que são excluídas socialmente.

Durante o lançamento o desembargador voltou a criticar o projeto que reduz a maioria penal, de 18 para 16 anos, nos casos de crimes hediondos. “A discussão acerca da redução da idade penal é uma discussão retrógrada. Se aprovarmos essa emenda vamos estabelecer um retrocesso social, porque você não constrói um país com presídios, mas com escolas. Você não alimenta um povo com prisão, mas com educação. A única saída para essa violência com esses jovens com 12, 13, 14, 15 anos é a educação. Se adotarmos a educação como meta primordial do estado vamos resolver esse problema a longo prazo. Esses menores de 16 anos que cometem crimes violentos, representam 0,56% e os menores que cometem crimes representam 1%. Então isso não justifica a redução da idade penal”, afirmou o desembargador.

No livro, o desembargador traça um estudo histórico e sociológico da questão principal, buscando entender os porquês da violência cometida pelos jovens, e não apenas as consequências.



Presidente do Tribunal prestigiou o lançamento do livro de Paulo Rangel

De acordo com Rangel, a sociedade parece ter elegido os adolescentes infratores como inimigos, em uma atitude típica e cultural do país, e é necessário que a emoção dê lugar à razão no debate, para que os problemas sejam enfrentados de maneira correta.

Lançado pela editora Atlas, o livro trata também da questão racial no Brasil e levanta outra importante discussão, sobre diferenças e justiça. “A cor do sistema penal brasileiro é negra. É um sistema trilhado para prender pretos, pobres e prostitutas”, diz, enfático, o desembargador.

## Desembargador Alexandre Câmara lança livro sobre novo CPC

Na obra, magistrado buscou explicar o Processo Civil com reflexão crítica

O desembargador Alexandre Câmara lançou, em 19 de agosto, no Foyer do TJ-RJ, o livro “O Novo Processo Civil Brasileiro”, publicado pela Editora Atlas. A edição objetiva servir como um manual de direito processual civil, inteiramente elaborado a partir do Código de Processo Civil de 2015. Representando a Amaerj, o juiz Paulo Roberto Corrêa prestigiou o lançamento.

O livro aborda grandes temas da matéria, desde suas normas fundamentais até o modo como se desenvolvem os processos nos tribunais. Com a nova publicação, o autor busca substituir sua obra anterior, “Lições de Direito Processual Civil”, que havia sido escrita no final dos anos 1990 e que foi repetidamente reeditada até 2014.

“Trata-se de uma obra que busca explicar o processo civil brasileiro à luz de um novo código, de uma forma que seja sintética, sem ser superficial. Busquei o máximo de informações, com alguma reflexão crítica, dentro do que é possível nesse momento”, explicou o desembargador.

O autor aproveitou para ressaltar que a simples implantação do novo Código de Processo Civil não vai garantir a solução para todas as questões que o Poder Judiciário enfrenta. “O Código do Processo Civil, assim como qualquer lei processual, tem um papel muito importante na construção de um sistema processual mais eficiente. O que não podemos é achar que, o simples



Magistrados Alexandre Câmara e Paulo Roberto Corrêa no lançamento

fato de se modificarem as leis, vai resolver todos os problemas. Temos problemas não só em relação à estrutura do Poder Judiciário, mas de estrutura social. Nossa sociedade tem questões profundas que acabam gerando uma série de causas no Judiciário, que faz com que, por mais que se reformem as leis processuais, ainda assim, não conseguimos resolver todas as situações. Temos problemas mais profundos para enfrentar”, afirmou.

## Juíza Lia Pantoja lança livro na Associação

A Amaerj sediou, em 26 de agosto, o lançamento do livro “Prometheus XXI - Contatos imediatos do 5º grau”, escrito pela juíza Lia Pantoja Milhomens. Magistrados participaram do coquetel de lançamento, realizado no Auditório Desembargador Renato de Lemos Maneschy, no antigo Palácio da Justiça. O obra é uma ficção científica em literatura romântica. Uma nova interpretação do mito Prometheus, com teorias jurídicas, sociológicas, quânticas e psicológicas. Os presidentes, Rossidélvio Lopes; do IMB, Roberto Guimarães; e da Magicredi, Darcy Lizardo; também prestigiaram o evento.



Juíza Lia Pantoja ao lado dos presidentes do IMB e da Magicredi durante o lançamento na Amaerj

## TJ-RJ sedia lançamento de livro do ministro Luiz Fux

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, lançou o livro Novo Código de Processo Civil Temático (Editora Mackenzie). Juristas e amigos participaram do lançamento, realizado em 1º de setembro, no Foyer do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. De fácil consulta, o livro apresenta em destaque os temas do Novo CPC, acompanhados de um detalhado índice temático e dos indicativos interpretativos dos dispositivos. Luiz Fux foi o presidente da Comissão que elaborou o novo Código, que entrará em vigor em março de 2016.



Presidente da Amaerj prestigiou o lançamento, realizado no Foyer do Tribunal

## CONVÊNIOS

### Amaerj firma convênio com Curso Exato

Com o intuito de oferecer o melhor para os associados, a Amaerj anuncia a parceria com o Curso Exato. Através do convênio, os associados terão 20% de desconto para qualquer forma de pagamento. A instituição surge da identificação de uma lacuna no mercado no que se refere à uma equipe gabaritada, que vivencia o trabalho nos tribunais pátrios e participa das decisões jurídicas do país não

como meros operadores do direito mas, sim, como pensadores ativos e formadores de opinião. No Exato você pode estudar com docentes que refletem o direito contemporâneo em sua essência. A instituição disponibiliza cursos à distância (online) em treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. O Curso Exato fica na Avenida Atlântica, nº 822 - Apto 1002, no Leme. Informações: [www.exatocursos.com](http://www.exatocursos.com).



#### Apoio

Instituto

**JUSTIÇA & CIDADANIA**